

## **Campo Grande, MS, e a Feira Livre Central: relato sobre patrimônio e memória**

Lenita Maria Rodrigues Calado

Resumo: A Feira Livre Central de Campo Grande, MS, que acontecia nas ruas no período de 1925 a 2004, está ligada ao processo de “patrimonização” de alguns momentos do cotidiano da cidade contemporânea. A Feira existe nas memórias dos habitantes, e tem sua continuidade promovida na Feira Central que foi construída pela Prefeitura, mantendo alguns feirantes e fixando-a próxima à antiga Estação Ferroviária, elaborando uma relação de tempo e espaço, própria da modernidade. A pesquisa procura entender a relação do poder público e da população, com a valorização de novos patrimônios e, como a adaptação, desses patrimônios a novos usos, pode camuflar a destruição autorizada. Assim como, a modernidade inclui permanência e preservação e, ao mesmo tempo, inovação e destruição. As entrevistas com os moradores mostram essas mudanças, efetuadas na cidade, e presentes nas memórias. A entrevista analisada nesse texto é de uma feirante, Maria Iaeko, que trabalha há 42 anos na feira. Observa-se como ela se sente frente à “patrimonização” de seu espaço de trabalho, e como isso influencia suas práticas cotidianas. A exploração de fonte oral é interdisciplinar, sendo assim, faz-se necessário um contraponto entre os anseios particulares e as considerações coletivas da moradora entrevistada, sempre focalizando sua relação com a cidade e suas ideias de conservação do patrimônio como meio de “modernização” pretendida por todos. A materialidade exerce coerção, como fator de seleção, entre a necessidade do indivíduo e seus desejos de coletividade. Maria Iaeko, conhecida como Maria Batatinha, vai desenrolando seu relato a partir de sua vivência cotidiana, assim demonstrando sua “visão de mundo” e demonstrando seu imaginário citadino, também, vislumbrando o futuro que pode ser pretendido pela tessitura da cidade. Como a modernidade, destrói para construir, a percepção dos habitantes, com relação aos patrimônios da cidade, sejam eles materiais ou imateriais, vai sendo alterada com o passar do tempo, abrindo fragilidades na elaboração dos conceitos sobre passado, nas considerações sobre o presente, e nas configurações de futuro. Concluindo que a história na cidade é dinâmica, conseqüentemente, a “patrimonização” deve ser revisitada sempre que os problemas sejam elencados. As pessoas devem ser convidadas a participar das resoluções sobre o que está em suas memórias, e o que será considerado patrimônio de todos, prática que não ocorreu no caso da experiência com a Feira Livre Central.

Palavras-chave: Feira, memórias, patrimônio.

Este texto é o resultado das reflexões sobre algumas entrevistas realizadas na pesquisa sobre a cidade de Campo Grande, tendo como objeto específico a Feira Livre Central.

A Feira Livre Central era um evento que teve seu início em 1925, passou por várias mudanças e estabeleceu-se em 1964 entre as ruas Abraão Júlio Rahe e Padre João Crippa. Mudando em 2004 para um lugar previamente construído para fixá-la como ponto turístico e cultural da cidade.

Estive com vários feirantes realizando entrevistas para a pesquisa que visa analisar as transformações ocorridas na cidade, tendo como viés a existência da Feira. Porém, neste texto, pretendo refletir sobre a entrevista de uma feirante de 64 anos, que trabalha na Feira há 42 anos. Ela se chama Maria Iaeko, apelidada de Maria Batatinha, tem uma barraca onde vende verduras e legumes. Logo de início nossa conversa se mostrou diferente das outras entrevistas. Maria é uma pessoa bastante agitada e só resolveu me conceder a entrevista se eu ficasse na barraca enquanto ela trabalhava. No princípio, me perguntou se eu ia pagar pra ela falar, depois me questionou, por várias vezes, porque eu estava fazendo essa pesquisa.

Nas entrevistas que falam da Feira Livre Central de Campo Grande, MS, e posso observar que as linguagens são diferentes, mas é na alteridade que encontro a relação da Feira com a cidade. É pelo que me dizem as pessoas, que vejo a cidade através da Feira num dado momento das vivências desses habitantes. É nesta análise que se situa a memória, como elemento de historicidade, no caminho de permanência a que a história se propõe em sua escrita (Pesavento, 2004).

A permanência da Feira na memória dos habitantes da cidade inclui dinâmicas de pertencimento, as visitas feitas à Feira em momentos da vida dessas pessoas são fatores que ligam o espaço na construção do pertencimento, com um sentido reforçador de se fazer parte do coletivo representado pelo urbano.

A cidade é um campo em movimento, suas linguagens mudam com o cotidiano, assim como o uso dos espaços interiores aos limites urbanos mudam com o tempo. O que foi usado de uma forma no passado pode passar a ser utilizado de outra forma no presente, não renegando, nem apagando os outros usos, mas memorizando-os e cristalizando-os em memórias. Então, ouvimos moradores que nos contam memórias de uma cidade construída em suas vivências.

Na mais simples conversa revelam-se impressões e pensamentos sobre as práticas cotidianas, referências são feitas pelo modo em que a linguagem é transmitida e o que é falado. O cotidiano imprime o lugar no habitante; mesmo não estando na cidade em que vivemos, a cidade está em nós. Ou seja, a linguagem é constituinte do lugar e do habitante, flui como elo, perpassa por lugares íntimos e aflora em dizeres e fazeres.

A história cultural exprime a relação do tempo nas linguagens. O conceito de “visão de mundo”, formulado por Lukàcs, como *conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um mesmo grupo (de uma classe social, na maioria das vezes) e os opõe aos outros grupos* (Apud Chartier, 1990, p. 47), pode esclarecer os sentimentos presentes nas relações de patrimonização.

A “visão de mundo” é formada por um apreender “aquilo que não sou” antes da afirmação “do que sou”. A oposição e a negação tornam a afirmação aparente. Quando a população de uma cidade informa seus conceitos, transmite valores, está antes negando do que afirmando. Se a visão de mundo ao qual pertencço me ampara, posso afirmar o que represento e o que pratico, exemplificando: identifico-me a partir de um pertencimento, sou campo-grandense porque o conjunto de aspirações, sentimentos e idéias ao qual me incluo, não é o conjunto dos paulistanos, ou dos porto-alegrenses. Portanto, ao pertencer a um lugar, esse lugar também me pertence. Expresso essa ligação nas minhas comunicações individuais e coletivas: na fala, na imprensa, nas artes, nos trabalhos, nos caminhos, nos passeios, no consumo, na alimentação e etc.

Maria Iaeko, a “Batatinha”, expressou sua agitação de vendedora e ao mesmo tempo suas preocupações em sobreviver. Sobre a Feira que se realizava nas ruas começou dizendo:

*A outra feira era muito boa demais, pena que não existe mais, nunca mais vai voltar... Lá era bom, lá era sensacional.<sup>1</sup>*

A ênfase dada ao tempo transcorrido, ao que já passou implica na relação de tempo. O tempo associado ao trabalho como agregador de valor. O que Maria diz não ter mais, que ficou no passado, apesar de recente já transmite valor para que ela crie uma comparação com o parâmetro do que tem no momento presente.

A relação com os outros habitantes e que são seus clientes, ela também faz com relação à existência de um momento anterior, quando a Feira ainda estava nas ruas, e não no espaço regulamentado da prefeitura:

*Aqui, ninguém gosta daqui não. Todo mundo fala que lá era melhor.*

Perguntada sobre se a Feira constitui um patrimônio da cidade, ela respondeu:

*É, é um patrimônio da cidade. Eu preferia que a outra fosse considerada patrimônio porque a outra era boa demais. Lá entrava dinheiro, aqui não entra. Aqui nós tamo quebrado. Acabar não vai, senão pra onde que eu vou, quer me matar? (risos) A gente paga caro pra ficar aqui, tem que continuar.*

A preocupação da Maria é com seu meio de vida, seu sustento como feirante e a continuidade que esse trabalho pode ter. O que move a feirante é o capital que ela consegue no seu trabalho, mas ao mesmo tempo ela tenta ligar esse capital ao fato de trabalhar em uma Feira que seja reconhecida como patrimônio do município. Sua memória lhe dá a saudade como o sentimento ligado ao passado “glorioso” e também lhe traz revolta na falta de opção que existe no fato de que a Feira já foi transformada.

Nesse momento a conversa ficou tensa, porque a entrevistada se referia à Associação da Feira Central Turística, dizendo que a Associação não resolve os problemas que os feirantes possam ter. Principalmente que a Associação, ligada à Prefeitura, não melhora as condições de trabalho, e conseqüentemente o rendimento dos vendedores. Maria se calou. Perguntou novamente porque eu estava fazendo aquelas perguntas. Depois de nova explicação, ela voltou a trabalhar. Respondeu mais algumas questões, mas seu semblante mostrava apreensão. Eu terminei a entrevista, pedi sua autorização e me despedi. Depois de duas semanas voltamos a conversar, e ela restabeleceu a confiança na pesquisadora.

As entrevistas, como um conjunto, demonstram períodos da vida da entrevistada: Ela passou sua juventude sob as rédeas da ditadura militar no Brasil, toda a sua vida de trabalhadora foi na Feira, no presente ela segue as normas do mercado consumidor, para sua sobrevivência no lugar que sempre ocupou. Maria, como todos os feirantes, paga um condomínio para continuar na Feira, participa dos eventos culturais que a Associação faz, e tem medo da falência, ou de que a Prefeitura ou a Associação retire seu “ganha-pão”.

A tríade temporal – passado, presente e futuro – se encontra no espaço construído pelo imaginário, passando a ser história (se no passado), tentativa de identidade (se no presente) e realização de felicidade (se no futuro).

Maffesoli cita um “*enraizamento dinâmico*”: *pertence-se inteiramente a um lugar dado, mas nunca de uma maneira definitiva (p.271)*. Característica da cidade contemporânea é adaptar o que é visto nos caminhos pelos ambientes físicos ao que é construído pelo imaginário, simbolicamente. Sempre em relação com outros, o imaginário de uma cidade não se estabelece singularmente, o espaço é vivido com outros.

[...] permite levar em conta a importância da carga emotiva ligada ao que chamo de estar-junto sem função: perambular num grande *magazine*, assistir uma partida de *rugby* ou de *sumo*, flunar sem objetivo preciso nas ruas comerciais (mesmo se há a “legitimação” dessa ou daquela compra), beber e conversar em grupo na saída do trabalho. Tudo isso tem uma função de “religação” inegável (Maffesoli, 1996, p.277).

As práticas que Maffesoli cita podem ser ampliadas pelo flunar entre as barracas da Feira. O importante é notar como a cidade é sensível, e os lugares – como a Feira descrita pelos jornais e pelos entrevistados – são constitutivos da teatralidade cotidiana, fazendo da cidade um organismo vivo. Ou uma *materialidade dotada de vida* (p.278).

Dessa materialidade é que se importa o imaginário. O que Certeau (1995) desenvolveu sobre o espaço e os lugares, Maffesoli desenvolveu sobre as cidades:

Uma sociedade só pode perdurar se tem um forte sentimento de si mesma. Há momentos em que esse sentimento elabora-se fazendo a história, olhando o futuro, em suma, fazendo projetos. Há outros em que é o espaço que garantirá esse papel. O espaço vivido em comum, o espaço onde circulam as emoções, os afetos e os símbolos, o espaço onde se inscreve a memória coletiva, o espaço, enfim, permitindo a identificação. Assim, participando com outros da totalidade do ambiente, torno-me uma coisa entre as coisas, um *objeto subjetivo*. Ou seja, *volens nolens*, eu coexisto num conjunto onde tudo adere fortemente; eu coexisto, é claro, com os outros que me constituem pelo que sou, mas coexisto também com essa multiplicidade de objetos, sem os quais a existência contemporânea não é mais concebível. Tudo isso não deixa de induzir a uma forma de solidariedade específica: não é mais o desenvolvimento histórico que se modela o ethos pós-moderno, mas na natureza reapropriada, no espaço partilhado, na participação coletiva do mundo dos objetos (Maffesoli, 1996, p.279).

Em suma, a cidade, seus projetos, seu imaginário, transforma espaços, como o da Feira, para fazer uma reapropriação, o espaço como cristalização do tempo.

Analisando o patrimônio como categoria inserida no cotidiano da população, importante para a realização de um “enraizamento dinâmico”, observa-se o senso comum; mas, observando a relação expressa pelas falas com o patrimônio, há de se compreender a conceito de “pertença” (Certeau, 1996).

O discurso sobre os patrimônios culturais divide-se em duas vertentes: a monumentalidade e o cotidiano. O discurso da monumentalidade refere-se ao conjunto de bens que representam, precisamente, a “tradição”, vinculando os brasileiros de ontem aos de hoje. O enaltecimento do passado e a formação do Estado Nacional vão designar quais os bens a serem preservados. *Quando se narra o patrimônio no registro do cotidiano, essas relações se invertem. Não é mais o passado que é hierarquicamente valorizado, e sim o presente* (Gonçalves, 2002, p.118). Assim sendo, no registro do cotidiano, o ponto de referência são as experiências pessoais e coletivas dos diversos grupos sociais em suas vidas cotidianas.

Maria Iaeko tinha 65 anos de idade em 2009, e contava 43 anos trabalhando como feirante; quando ela se referiu ao desaparecimento da Feira, fez uma correlação com a sua própria existência. A Feira enquanto patrimônio não poderia acabar, assim como a sua existência como pessoa estava, intimamente ligada, ao seu trabalho como feirante. Maria não se viu desligada de seu trabalho, na Feira, ela não se distanciou de seu ofício, a Feira e ela formavam uma unidade de vida e de trabalho. A fala de Maria refletiu o patrimônio como “tradição”, ligado às estruturas familiares e econômicas. Seu trabalho, seu sustento e sua família estariam permeados pela Feira, tal como patrimônio. Maria Iaeko expressa o “pertencimento” como forma de prolongar sua vida. Desconstruindo sua fala, nota-se que: o patrimônio não acaba e, quando eu morro, ele acaba só para mim. Há um processo de reconhecimento do patrimônio não só como individual, mas também como um bem coletivo.

[...] Em primeiro lugar, que a fonte de um patrimônio simbólico não está somente naquilo que os sujeitos receberam e entendem como próprio (através da cultura vivida, familiar, étnica ou social) e sim naquilo que transformarão em material conhecido através de um processo que implica, na mesma apropriação, uma dificuldade e um distanciamento (Sarlo, 1997, p.115).

No caso da Feira, mesmo na apropriação do evento, a relação faz-se pelo trabalho, do ponto de vista do feirante e, no distanciamento de visitante, no ponto de vista do morador da



cidade. O patrimônio inventa-se na transformação do que se recebe, historicamente, e naquilo que se torna conhecido e reconhecido como valor simbólico da sociedade.

Afinal, os seres humanos usam seus símbolos, sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (Gonçalves, 2003, p. 27).

Por vezes, o patrimônio salta nas falas dos habitantes da cidade e, por fazer essa construção, interfere nas vivências, estabelecido no coletivo; mas dirigido ao individual, faz a mediação entre o público e o privado.

A sociedade moderna estabeleceu limites entre o público e o privado, fechando os espaços, as casas, formando regras para os espaços públicos, normas sociais de convivência que aconteciam no cotidiano. Os espaços públicos ficaram, então, expostos a normas e a conceitos do bom convívio, entre os indivíduos da sociedade. Alguns autores definiram, posteriormente, como “sociedade do espetáculo” o que resultou do processo de instalação do privado e do público.

A “sociedade do espetáculo” prevê a demonstração das representações. O mundo imaginado que se realiza para a satisfação dos sujeitos, torna os espaços vistos e não sentidos (Gastal, 2006). Numa sociedade da “visibilidade”, os patrimônios estão, cada vez mais, valorizados na sua plasticidade. Sendo assim,

[...] a circularidade cada vez mais veloz da imagem-objeto, a profusão de máquinas de visão e o “lugar do olhar passar” inaugurado pela figura heróica do *flâneur* e seu olhar técnico e circulante não só exemplificam a relação dos corpos capturando a realidade, como também mostram como as grandes cidades se caracterizam por uma visão que lhes é específica, moderna (Ribeiro, 2008, p. 63).

Assim, em nome da construção de patrimônios, do turismo e do entretenimento, a Feira e Campo Grande sofreram intervenções que modificaram suas formas e conteúdos. São lugares apreciados, nos quais a sociedade busca oferecer um novo valor, transformando sua funcionalidade com vistas a atender ao público, quando os interesses em jogo são essencialmente políticos (Santos, 2002).

A persistência no trabalho, e a valorização do espaço da Feira como patrimônio, concretizaram a aceitação das mudanças que foram planejadas e efetivadas. Os relatos exprimem aceitação, ou resistência velada. Mas as pequenas negociações individuais e coletivas realizam para os feirantes a expansão do poder sobre seus próprios destinos.

A Feira ganhou visibilidade nos projetos urbanísticos e nos roteiros turísticos; efetivamente, consolidou-se como patrimônio, reinventada pela tradição e exposta como *souvenir*. Mas, assim como o turismo, a patrimonização produz contornos indesejáveis. A Feira não é um patrimônio tombado ou registrado em livros do IPHAN, ou seja, ela é apenas “considerada” patrimônio. Apenas se mantém dos esforços dos trabalhadores e dos assíduos frequentadores.

A reação da população varia de acordo com os lugares sociais, buscando, sempre, uma ascensão na escala social. Uma pessoa simples, como Maria Iaeko, busca entender que o melhor para a elite, também, pode ser “o melhor para si mesma”, ainda que, em alguns momentos, sinta a dificuldade econômica que uma Feira “turística” lhe acarreta.

Maria comparou o movimento da Feira da rua e o da Feira atual, quando disse: *aqui pra mim é ruim, eu tirava quatro mil (R\$ 4.000,00) numa Feira, agora num faço mil (R\$1.000,00)*, considerando como “uma Feira” o tempo de uma semana de trabalho, ou seja, quarta-feira e sábado. Nota-se o binômio individual/coletivo na relação feita entre o que é bom para a cidade, relativo ao patrimônio e ao turismo, e o que é importante para Maria no quesito trabalho e sobrevivência.

Quanto o grupo de trabalhadores feirantes, é significativo considerar como se configurou a experiência de efetivação da feira como instrumento que possibilitou os indivíduos viver e permanecer na cidade. O fato de a feira ter se efetivado com a interferência dos poderes públicos, quando estava em jogo assegurar o abastecimento da cidade, com expectativas de notoriedade da (sic), parece ter repercutido entre os feirantes sob outra ótica, ou seja, como concessão de direito ao trabalho (Lopes, 2004, p. 155).

Mas se a opção é continuar ou “morrer”, a reação cotidiana pende para a adaptação; assim, Maria e outros feirantes passaram a trabalhar em outras feiras da cidade. O outro lado da reação pode ser a frequência das pessoas, na Feira Central e nas outras feiras. Apesar de estarem flinando por entre as barracas e restaurantes “turísticos” da Feira Central, também estão comprando sua alimentação cotidiana, nas pequenas feiras dos bairros.

A Feira Central exclui o popular e fortalece que ele se apresente nas periferias, num movimento previsto pelos planos urbanísticos de retirar o povo da região central da cidade. Esse mesmo povo que constrói a cidade é visto como o refugio da sociedade.

O carregador, o guardador de carros, o sanfoneiro, o *hippie*, o deficiente físico, são exemplos de pessoas que foram afastadas da Feira. Os guardadores de carros, ou “flanelinhas” foram registrados como trabalhadores ligados à Feira, receberam uniformes e são em número definido pela Prefeitura. O *hippie*, ou artesão não pode mostrar seu trabalho no espaço da Feira. E os frequentadores de bairros afastados não se animam em estar na Feira toda semana, pensam em ir à Feira como vão ao *shopping*.

Quando estava nas ruas (1925-2004), a Feira também era um lugar que mostrava o nível de segurança da cidade. Maria Iaeko comentou que aconteciam pequenos furtos, mas que não havia grandes tumultos ou brigas. Ainda, disse que os vizinhos da área da Feira reclamavam dos roubos em carros que ficavam nas ruas, no entorno da Feira e, também, do barulho das pessoas que iam à Feira até de madrugada.

Atualmente, a Feira Central mostra a segurança que o lugar controlado, sem o pobre, sem o feio e sem o doente, é capaz de agradar ao visitante. Juntamente com esses atores sociais, foram eliminadas da cidade parcelas da subjetividade da história da cidade. Apenas o ideal do cenário fica à vista. Não se podem acessar os problemas da vivência social, o pobre, o feio, o doente, ou seja, os excluídos não fazem parte do fazer histórico. *As cidades modernas encontram-se inversamente despidas de memórias não represadas pela razão; seus mitos de fundação constituem elaborações históricas* (Bresciani, 2002, p.32).

A violência, assim como a defesa dos bons costumes, sempre foram preocupações das classes dominantes. Na Feira, tanto na rua como na Esplanada, o problema sempre foi manter a paz. No espaço público, o controle foi feito por policiamento ou por meio de grades, ou seja, algumas vezes, aparentemente; outras, panópticamente, pela Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande.

Observando o começo do século XX, o Código de Postura de 1905 de Campo Grande, às mudanças em Paris elaboradas por Haussmann, às transformações do Rio de Janeiro, à metropolização de São Paulo, pode-se dizer que as transformações das cidades modernas não cessaram e que continuam na mesma direção em que foram lançadas. A Feira Livre Central acompanha esse movimento, sendo parte resistência, parte negociação e parte sobrevivência.

#### Fontes:

ENTREVISTA Maria Iaeko, [Batatinha]. Feirante. 65 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 10 min. (aprox.), son. CD.

#### Referências bibliográficas:

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Cidade e História*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Trad.: Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1995.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural; entre práticas e representações*. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: DIFEL, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LOPES, Vânia Lúcia Silva. *Meios de Vida; as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início de 1970*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFCE, 2004.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Trad.: Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*. In: *Fragmentos de Cultura*, v. 14, n.9, p.1595-1604, Goiânia: IFITEG, 2004.

RIBEIRO, Leila Beatriz. *Patrimônio visual: as imagens como artefatos culturais*. In: DODEBEI, Vera & ABREU, Regina (orgs.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Trad.: Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

---

<sup>1</sup> Conforme entrevista com Maria Iaeke, 2008.